



Arquivo

Arinos: anteprojeto será para Sarney

## Arinos contesta o ministro e diz que fará o anteprojeto

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

O jurista Afonso Arinos afirmou ontem que está havendo um equívoco em relação às atribuições da Comissão Constitucional que preside, segundo ele idealizada pelo presidente eleito Tancredo Neves com a finalidade de preparar um anteprojeto de Constituição para o Executivo — e não para a Assembléia Nacional Constituinte. Ou seja: o anteprojeto que a comissão preparar — se decidir fazê-lo — será para o presidente Sarney.

Arinos ressaltou que tem o maior apreço e consideração pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra, mas lembrou que pertence à comissão o direito de decidir o que será feito em termos de trabalho — se propostas isoladas ou a elaboração de um anteprojeto.

“Vou submeter o assunto aos integrantes da comissão e o que eles decidirem será feito. Se a decisão for pela elaboração de um anteprojeto, vamos encaminhá-lo ao presidente Sarney. A Assembléia Nacional Constituinte poderá requisitá-lo, se quiser. Não será um esboço prévio, mas um anteprojeto para o Poder Executivo.”

Quanto ao decreto que limita as atribuições da comissão, Arinos disse que não o conhece, mas que “decreto não é lei e não há obrigação de cumpri-lo”. De qualquer forma, disse que não acredita que o presidente Sarney faça isso: “Eu sou seu amigo”.

As declarações de Arinos foram prestadas ontem à tarde num intervalo do “36º Encontro de Líderes e Pessoas com Poder Decisório”, promovido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, e encerrado no início da noite com palestra do cardeal d. Eugênio Salles. O tema do encontro foi “O que a Nação Brasileira Espera da Constituinte”.

Afonso Arinos disse que considera o debate sobre a futura Constituição, promovido pela Igreja, muito importante, “porque livre de condicionamentos políticos”. Para o jurista, “é fundamental no atual momento histórico do País que sejam eliminados os problemas teológicos entre as duas alas da igreja”. Em sua opinião, essas divergências entre adeptos da Teologia da Libertação e Igreja conservadora espelham a divisão social: “Se as duas alas sentarem para conversar, o trabalho do político ficará muito mais fácil”.

Arinos lembrou que na Alemanha do pós-guerra foi a unificação interconfessional do catolicismo e do protestantismo que possibilitou o desarmamento de espíritos e o trabalho de reerguimento do País.

O cardeal do Rio, d. Eugênio Sales, afirmou, a propósito do encontro, que a Igreja está atenta na defesa de pontos fundamentais da Constituição, como a defesa da família, da vida, da propriedade e do trabalho: “Um dos grandes desafios que o Brasil enfrenta é o pacto institucional a ser firmado em uma nova Carta. A Igreja não pode deixar de se preocupar com o problema da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que deve elaborar um texto que preserve os valores cristãos, fundamentos do povo brasileiro”.

Na parte da manhã, realizou-se um painel, sob a presidência de Afonso Arinos, com exposição de Miguel Seabra Fagundes e a participação de Célio Borja, Luiz Alberto Bahia e Hélio Jaguaribe, como debatedores. Na parte da tarde, outro painel, presidido pelo padre Fernando Bastos D’Ávila, tendo como debatedores Hélio Saboya e Ricardo Pereira Lira. O encontro teve a participação de quase cem personalidades do Rio, entre elas os candidatos a prefeito Paulo Alberto e Fernando Carvalho.

X  
Anc - CPEC